EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE {{CIDADE/ESTADO}}

{{RAZAO}}, já qualificado nos autos, vem, respeitosamente, por meio de seu advogado (documento de procuração anexo), com escritório profissional na {{ENDERECO}}, protocolizar a presente PETIÇÃO INICIAL DE COBRANÇA, com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

I. DOS FATOS

A requerente é uma clínica médica devidamente registrada e habilitada para prestação de serviços de saúde, conforme documentos anexos. No dia {{DATA}}, o requerido, {{NOME}}, compareceu à clínica para realização de CONSULTA MÉDICA, cujo valor total é de R${{VALOR}}.

Apesar da prestação do serviço de forma adequada e conforme combinado, o requerido não efetuou o pagamento, mesmo após reiteradas solicitações e notificações (anexar comprovantes de tentativas de cobrança, como e-mails, mensagens ou cartas).

II. DO DIREITO

Conforme o Código Civil, em seu artigo 397, o devedor responde com seus bens pelo cumprimento de suas obrigações. Além disso, o artigo 320 do mesmo diploma legal estabelece que a cláusula penal é devida mesmo que não haja prejuízo efetivo.

Diante disso, a requerente tem direito ao recebimento do valor devido, acrescido de juros legais, correção monetária e honorários advocatícios.

III. DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer:

a) O recebimento do valor de R$ {{VALOR}}, referente aos serviços médicos prestados;

b) A incidência de juros legais e correção monetária desde a data do vencimento;

c) A condenação do requerido ao pagamento de honorários advocatícios;

d) Outros provimentos que o Juízo entender necessários.